COLETA E ACONDICIONAMENTO DE MEDULA OSSEA NO BRASIL PARA TRANSPLANTE AUTOGENICO OU DE DOADOR APARENTADO OU NAO APARENTADO

R\$ 4.922,47

R\$ 9.844,94

R\$ 14.767,41

05.01.03.009-3

PROCESSAMENTO DE CRIOPRESEVAÇÃO DE MEDULA OSSEA OU DE CELULAS TRONCO HEMATOPOETICAS DE SANGUE PERIFERICO NO BRASIL PARA TRANSPLANTE AUTOGENICO

R\$ 2.000,00

R\$ 4.000,00

R\$ 6.000,00

05.05.01.007-0

TRANSPLANTE AUTOGENICO DE CELULAS-TRONCO HEMATOPOETICAS DE MEDULA OSSEA

R\$ 22.968,78

R\$ 45.937,56

R\$ 68.906,34

05.06.01.002-3

ACOMPANHAMENTO DE PACIENTE POSTRANSPLANTE DE RIM FIGADO CO-RACA O PULMAO CELULASTRONCO HEMATOPOETICAS E/OU PANCREAS (12 x - 1º ano)

R\$ 135,00

R\$ 270,00

R\$ 405,00

05.06.02.002-9

INTERCORRENCIA POS-TRANSPLANTE AUTOGENICO DE CELULAS-TRONCO HEMATOPOETICAS (HOSPITAL DIA)

R\$ 135,00

R\$ 270,00

R\$ 405,00

05.01.03.007-7

MOBILIZAÇÃO, COLETA E ACONDICIONAMENTO DE CELULAS TRONCO HEMATOPOETICAS DE SANGUE PERIFERICO NO BRASIL PARA TRANSPLANTE AUTOGENICO OU DE DOADOR APARENTADO OU NAO APARENTADO.

R\$ 2.461,24

R\$ 4.922,48

R\$ 7.383,72

05.05.01.008-9

TRANSPLANTE AUTOGENICO DE CELULAS-TRONCO HEMATOPOETICAS DE SANGUE PERIFERICO

R\$ 22.968,78

R\$ 45.937,56

R\$ 68.906,34

Protocolo: 849096

Resolução 0015 de 05 de setembro de 2022

A Comissão Intergestores Regional do Sistema Único de Saúde do Pará – CIB-SUS-PA, no uso de suas atribuições legais e; Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

Considerando que a Portaria GM/MS nº 1.606 de 11 de setembro de 2001, prevê o pagamento complementar à Tabela Unificada do SUS, desde que seja efetivado com recursos próprios.

Considerando a Portaria de Consolidação nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde.

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, que consolidou as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde.

Considerando a Resolução CIT nº 02, de 17 de janeiro de 2012, que em seu artigo 6º define que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão adotar relações complementares de ações e serviços de saúde, sempre em consonância com o previsto na RENASES, respeitando as responsabilidades de cada ente federado pelo seu financiamento e de acordo com o pactuado nas comissões Intergestores.

Considerando que os direitos da criança estão consagrados na Constituição Federal de 1988 e reafirmados no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que considera a criança, a pessoa até 12 anos incompletos, e o adolescente, a pessoa entre 12 e 18 anos de idade. A Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC) de 1989 considera a criança todo ser humano com menos de 18 anos de idade.

Considerando a sinalização da Central Estadual de Regulação do Estado (contida no Processo 2022/678541, no seq.01), quanto ao aumento expressivo de solicitações de internação pediátrica em leitos clínicos e leitos de UTI no ano de 2022;

Considerando a necessidade da viabilização de abertura de novos leitos de retaguarda, em caráter excepcional e com URGÊNCIA, de modo que o estado

COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL DE SAÚDE METROPOLITANA I

SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA DO PARÁ

C I R-M I / 1º CRS/SESPA-PA possa acolher os referidos usuários, evitando a degradação da integridade física e piora clínica dos mesmos em unidades que não dispõem de condições adequadas para conduzir as especificidades do atendimento pediátrico.

Considerando o Regimento Interno da CIB/PA, aprovado pela Resolução CIB Nº 152 de 13 de setembro de 2018, que em seu artigo 26, estabelece que "Ao Presidente da CIB e CIR compete aprovar ad referendum, pleitos urgentes e relevantes que não possam ser pactuados pela plenária, devendo o assunto, ser submetido à pactuação na reunião ordinária subsequente".

Resolve:

Art. 1º - Pactuar "Ad Referendum" para contratação de 70 (setenta) Leitos de Pediatria, sendo 20 leitos de UTI Pediátrica, 20 leitos de UTI Pediátrica para Pacientes Crônicos e 30 leitos de Pediatria Clínica, a ser contratados na Região Metropolitana I, a fim de salvaguardar a população em idade pediátrica no Estado do Pará.

Art. 2º - Aprovar a adoção de tabela complementar de 2x ao valor da Tabela SIGTAP sobre a diária de Unidade de Terapia Intensiva Pediátrica - UTI em Estabelecimento Assistencial de Saúde - EAS, conforme descrito no anexo I.

Art. 3º - Aprovar a adoção de tabela complementar de 1x ao valor da média de AIH de acordo com a Tabela do Sistema de Informação Hospitalar - SIH/SUS sobre a média da AIH de Leitos Clínicos Pediátrico em Estabelecimento Assistencial de Saúde - EAS, conforme descrito no anexo II.

Definir que os valores relativos ao pagamento, em tabela complementar, serão custeados com recursos do tesouro do Estado.

Art. 4º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belém, 05 de setembro 2022.

Marco Antonio Rodrigues Normando Dayane da Silva Lima

Presidente da CIR M I Secretário da CIR M I.

COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL DE SAÚDE METROPOLITANA I

SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA DO PARÁ

C I R-M I / 1º CRS/SESPA-PA

ANEXO I

Leitos de UTI Pediátrica

Tipo Diária/Valor

Sigtap/SUS

R\$

Complemento

2x tabela Sigtap/SUS

R\$

Valor de Referência/Diária R\$

UTI Pediátrica

600,00 1.200,00 1.800,00

UTI Pediátrica para

pacientes Crônicos 600,00 1.200,00 1.800,00

ANEXO II

Leito Clínico Pediátrico

Tipo Média de AIH-

SIH/SUS R\$

Complemento

1x Média de AIH-

SIH/SUS R\$

Valor de Referência/Diária R\$

Clínico Pediátrico 468,28 468,28 936,56

Protocolo: 849090

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA - 3ª REGIONAL

DIÁRIA

PORTARIA Nº 1006 DE DIÁRIA DE 05/09/2022

Lei Ordinária nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994. Decreto Estadual nº 734, de 07 de abril de 1992.

Objetivo: Realizar capacitação aos profissionais, como enfermeiros, ACEs no programa VSPEA, Agrotóxicos.

Origem: Castanhal -Pa.

Destino: Inhangapí - PA- Período: 12,13 e 14/09/2022.

Servidora: Maria Nilciren Pereira Cargo: Ag. de Artes Práticas

CPF-330.060.082.00 mat. 5231060

Ordenador: Mário Moraes Chermont Filho.

PORTARIAS DE Nº 1007, 1008 DE DIÁRIA DE 05/09/2022

Lei Ordinária nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994. Decreto Estadual nº 734, de 07 de abril de 1992.

Objetivo: Conduzir servidora que irá realizar capacitação aos profissionais, como enfermeiros, ACEs no programa VSPEA, Agrotóxicos.

Origem: Castanhal -Pará

Destino: Inhangapí -Pa.

Servidor: João Ricardo da Rocha Rodrigues Cargo: Motorista

CPF-689.018.952.34 mat. 57205648/1 periodo : 12/09/2022

José Raimundo Holanda de Melo Costa Cargo: Motorista

CPF- 134.588.842.20 mat. 721220/1 Período: 13,14/09/2022

Ordenador: Mário Moraes Chermont Filho.

Protocolo: 848699

PORTARIA Nº 998 DE DIÁRIA DE 05/09/2022

Lei Ordinária nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994. Decreto Estadual nº 734, de 07 de abril de 1992.

Objetivo: Realizar formação de profissionais para composição do Coletivo de Humanização do município supracitado

Origem: Castanhal -Pa.

Destino: São João da Ponta - PA- Período: 08/09/2022.

Servidor: Sandro José da Silva Cavalcante Cargo: Pedagogo

CPF- 254.476.882.72 mat. 5548004/1

Ordenador: Mário Moraes Chermont Filho.